



EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019		Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	9.807.648	11.807.106	Fornecedores		4.927.435	2.517.559
Contas a Receber	4	253.865	3.641.892	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	8.804.916	7.711.029
Almoxarifado		483.863	299.494	Obrigações Fiscais		2.029.124	2.841.264
Impostos a Recuperar		1.222.340	461.020	Provisão de Férias e Encargos		13.315.436	12.079.029
Créditos Vinculados ao PAMEH		-	823.340	Outras Contas a Pagar		1.542.803	1.754.365
Devedores Diversos		2.416.469	2.441.038	Total do Passivo Circulante		30.619.714	26.903.246
Despesas Antecipadas		13.050	14.375				
Total do Ativo Circulante		14.197.235	19.488.269				
NÃO-CIRCULANTE				NÃO-CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	5	2.736.445	3.174.299	Obrigações Vinculadas ao PAMEH		-	1.269.347
Convênios a receber		22.055	22.055	INSS Segurados		941.855	941.855
Multa Transp. Coletivo	4	21.339.962	19.087.316	Provisão Ações Trabalhistas	10	29.959.863	26.077.993
Subtotal do Ativo Não-Circulante		24.098.462	22.283.670	Provisão Ações Judiciais	11	17.700.371	17.941.384
Investimentos	6	26.070	26.070	Provisão Contingências Fiscais	12	17.024.457	17.024.457
Imobilizado	7	1.742.589	1.936.443	Total Passivo Não-Circulante		65.626.546	63.255.036
Intangível	8	808	808	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	67.418.193	67.418.193
Subtotal do Ativo Permanente		1.769.467	1.963.321	Capital Social			
Total do Ativo Não-Circulante		25.867.929	27.877.497	Prejuízos Acumulados		-123.599.289	-113.841.219
TOTAL DO ATIVO		40.065.164	43.735.256	Total Patrimônio Líquido		56.181.096	46.423.026
				TOTAL DO PASSIVO		40.065.164	43.735.256



EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16	199.182.198	194.890.186
(-) Deduções da Receita Bruta		-1.748.665	-3.091.879
Receita Operacional Líquida		197.433.533	191.798.307
(-) Custos dos Serviços Prestados		-106.049.348	-100.589.255
LUCRO BRUTO		91.384.185	91.209.052
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas Gerais		-101.344.751	-92.381.022
Despesas Tributárias		-80.261	-83.923
Despesas Financeiras		-4.379	-53.912
Receitas Financeiras		287.136	914.379
PREJUÍZO OPERACIONAL	17	-9.758.070	-395.426
Quantidade de Ações do Capital Social		10.000.000	10.000.000
Prejuízo por ação		-0,97	-0,039



**EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO**

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

(+) Subvenção do Município	180.481.765
(+) Recebimento de clientes e outros.....	16.485.465
(+) Juros recebidos.....	224.197
(-) Pagamentos de fornecedores e outros.....	36.154.921
(-) Pagamentos de empregados e outros.....	128.477.221
(-) Pagamento de encargos tributários e sociais.....	34.511.582

DISPONIBILIDADES GERADAS(APLICADAS) NAS ATIVIDADES

OPERACIONAIS..... (1.952.297)

DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

(-) Aquisição de ativo permanente..... **(47.161)**

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos..... (47.161)

Aumento(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.. (1.999.458)

Caixa e equivalentes de caixa no início do período 11.807.106

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período..... 9.807.648

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$)

Descrição	Capital			Lucros ou prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A realizar	Realizado		
Saldo em 31/12/19	75.000.000	-7.581.807	67.418.193	-113.841.219	-46.423.026
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
lucro líquido do exercício	-	-	-	-9.758.070	-9.758.070
Saldo em 31/12/20	75.000.000	-7.581.807	67.418.193	-123.599.289	-56.181.096

**EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A -
BHTRANS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS é uma sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima em 30 de agosto de 1991, por autorização da Lei Municipal de nº 5953/91 de Belo Horizonte, tendo como atividade: a organização, direção, coordenação, execução, delegação, planejamento operacional e controle da prestação dos serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, trânsito e sistema viário municipal.

As atividades de prestação de serviços da empresa geram receitas que, adicionadas às subvenções econômicas e outras transferências orçamentárias recebidas do Município de Belo Horizonte garantem os recursos necessários às suas operações.

As principais receitas da empresa são originárias dos seguintes serviços:

a) Gerenciamento do Estacionamento Rotativo:

Para melhor racionalizar o sistema de trânsito e facilitar o estacionamento de veículos particulares em vias públicas, a BHTRANS, através de terceirização, promove a distribuição e comercialização dos créditos do estacionamento rotativo no município de Belo Horizonte, através de aplicativo digital.

b) Gerenciamento de Táxi, Transporte Escolar e Suplementar:

Compete à BHTRANS a regulamentação e fiscalização dos serviços prestados, e vistorias nos veículos.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Informações Gerais:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, e de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de crédito a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

b) Apuração do Resultado:

É apurado pelo regime de competência de exercícios.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Contempla, substancialmente, ativos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. Os ativos que compõem a rubrica estão mencionados na Nota Explicativa nº 3.

d) Clientes:

São demonstrados ao valor de realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras, ajustados, quando aplicável, por perda equivalente do montante a receber, considerada pela administração como suficiente a ajustar os referidos ativos aos seus valores de realização.

e) Estoques:

Os materiais de consumo estão avaliados pelo preço médio de aquisição, inferior ao de reposição.

f) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:

São apresentados pelo valor de custo de aquisição, atualizando conforme disposições legais ou contratuais, ajustando ao valor provável de realização.

d) Investimento:

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

e) Imobilizado:

Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens mencionada na Nota Explicativa nº9.

f) Passivos Circulantes e Não Circulantes:

São apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos em base "pró-rata".

g) Provisão para Férias e Encargos:

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais.

h) Plano de Saúde da BHTRANS - PAMEH:

PAMEH – Plano de Saúde Médico-Hospitalar, plano de autogestão, cuja responsabilidade é da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A, operadora do plano de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob n.º 475322164, classificada na modalidade autogestão, amparada pela Lei n.º 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, que conforme o parágrafo 2º, incluem-se na abrangência dessa Lei as entidades ou empresas que mantêm sistemas de



assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração.

Por decisão da direção da empresa, o PAMEH teve suas atividades encerradas em 30/11/2020, tendo suas atribuições terceirizadas através de processo licitatório na modalidade de “chamamento público”, tendo sido homologada a proposta da UNIMED, que passou a atender aos empregados, na assistência médico-hospitalar e odontológica a partir de 01/12/2020.

Receitas	Nov/2020	2019
Contribuição associados	2.970.968	3.165.584
Contribuição Bhtrans	4.073.643	4.372.439
Outras receitas	4.931	45.531
Total	7.049.542	7.583.554
Despesas		
Despesa médico hospitalar	(6.736.480)	(7.547.819)
Encargos	14.517	31.435
Outras despesas	(441.438)	(906.330)
Total	(7.192.435)	(8.485.584)
RESULTADO	(142.893)	(902.030)

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, que podem ser utilizados a qualquer momento.

	2020	2019
Caixa	-	679
Banco C/ Movimento	308.591	178.859
Aplicação Financeira	7.809.099	11.148.848
Bancos conta vinculada		
Pameh	602.230	-
Outros	1.087.728	478.720
Total	9.807.648	11.807.106

4. MULTAS DE TRANSPORTE COLETIVO A RECEBER E OUTRAS:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Circulante</u>		
Multas Transporte Coletivo	-	4.235.406
(-) Provisão Para Perdas	-	(847.081)
Subtotal	-	<u>3.388.325</u>
Outras Contas a Receber		
Mídia Ônibus a Receber	253.865	253.567
Total	<u>253.865</u>	<u>3.641.892</u>
<u>Não circulante</u>		
Multas Transporte Coletivo	26.674.952	22.439.546
(-) Provisão Para Perdas	(5.334.990)	(3.352.230)
Total	<u>21.339.962</u>	<u>19.087.316</u>

A Companhia vem realizando notificações aos devedores e constituiu uma PCLD – Perdas Prováveis com Créditos de Liquidação Duvidosa, com base em análise da inadimplência, utilizando o percentual de 20%, considerado pela administração como suficiente a adequar os respectivos ativos aos seus valores de realização. A estimativa de perda adotada para fins de adequação às regras contábeis não significa renúncia, em nenhum momento, do direito de crédito da companhia.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos judiciais/recursais relacionados à provisão para contingências passivas oriundas do curso normal das atividades da Companhia (Notas Explicativas 10, 11 e 12).

6. INVESTIMENTOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Obras de Arte	25.200	25.200
Participação Societária	870	870
Total	<u>26.070</u>	<u>26.070</u>

7. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de Depreciação %	Custo de Aquisição em 31/12/2020	Depreciações Acumuladas em 31/12/2020	Imobilizado Líquido em 31/12/2020	Imobilizado Líquido em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos					
Ferramentas	10%	278.464	201.297	77.167	50.657
Equipamentos de comunicação	10%	8.160	7.942	218	460
Instalações	20%	162.016	162.016	-	-
Móveis e utensílios	10%	92.617	73.354	19.263	23.033
Instalações administrativas	10%	508.103	472.995	35.108	48.917
Aparelhos/equipamentos diversos	10%	98.491	99.491	40	40
Micros/impressoras/acessórios e equipamento p/ processamento de dados	10%	653.247	471.073	182.174	222.245
Imobilização em imóveis de terceiros e Estação	20%	3.703.507	2.642.685	1.060.822	1.156.295
Diamante	4%	1.673.924	1.306.087	367.837	434.796
Total		1.742.589	5.435.940	1.742.589	1.936.443

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de Depreciação %	Imobilizado Líquido em 31/12/2019	Aquisições em 2020	Alíquotas, Baixas e Transf. em 2020	Depreciações em 2020	Imobilizado Líquido em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	10%	50.657	43.400	-	(16.890)	77.167
Ferramentas	10%	460	-	-	(242)	218
Equipamentos de comunicação	20%	-	-	-	-	-
Instalações	10%	23.033	-	-	(3.770)	19.263
Móveis e utensílios	10%	48.917	2.318	-	(16.127)	35.108
Instalações administrativas	10%	40	-	-	(40)	-
Aparelhos/equipamentos diversos	10%	222.245	1.443	(159)	(41.355)	182.174
Micros/impressoras/acessórios e equip. p/ processamento de dados	20%	1.156.295	-	(442.781)	(347.308)	1.060.822
Imobilização em imóveis de terceiros e Estação Diamante	4%	434.796	-	-	(66.959)	367.837
Totais		1.936.443	47.161	(442.940)	(201.925)	1.742.589

Redução ao Valor Recuperável

Em observância ao Pronunciamento Contábil n.º 01 (NBC TG 01), a Administração entende que, em 2020, não há indícios de que existam unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização. A Entidade encontra-se com a sua operacionalidade normal, não havendo indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica, considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2020.

8. INTANGÍVEL

	Custo	Amortização Acumulada	2020 Líquido	2019 Líquido
Direitos de Uso/Marcas e Patentes	808	-	808	808
Programas e Sistemas	36.750	(36.750)	-	-
Total	37.558	(36.750)	808	808

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a Pagar	5.062.481	4.050.301
INSS	2.483.864	2.247.654
FGTS	830.477	761.876
Contribuição ao PAMEH	-	468.747
Outras Obrigações	428.094	182.451
	<u>8.804.916</u>	<u>7.711.029</u>

10. PROVISÃO AÇÕES TRABALHISTAS

O valor de **R\$ 29.959.863 (R\$ 26.077.993 em 2019)**, estimado e classificado pela Assessoria Jurídica da BHTRANS como perdas prováveis, refere-se às ações ajuizadas por empregados e pelos Sindicatos de forma coletiva.

11. PROVISÃO AÇÕES JUDICIAIS

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Gematur	i	15.400.000	15.400.000
Ações de Terceiros	ii	2.300.371	2.541.385
Total		<u>17.700.371</u>	<u>17.941.385</u>

O valor de **R\$ 17.700.371 (R\$ 17.941.385 em 2019)**, estimado como perda provável, sendo R\$ 15.400.000 de ações ajuizadas pela empresa de ônibus Gematur que não fez parte do encontro de contas conforme Lei n.º 9314/07 e está em grau de recurso no Superior Tribunal de Justiça – STJ em Brasília, e mais **R\$ 2.300.371** de outras ações de terceiros ajuizadas contra a BHTRANS.

O valor de R\$ 14.300.000 foi estimado pela Assessoria Jurídica da BHTRANS como perdas possíveis, por esse motivo não consta da provisão. Este valor refere-se a ações ajuizadas pela empresa de ônibus Santa Tereza que não fez parte do encontro de contas conforme Lei n.º 9314/07.

12. PROVISÃO CONTINGÊNCIAS FISCAIS

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS	i	12.294.457	12.294.457
Receita Federal	ii	4.730.000	4.300.000
Total		<u>17.024.457</u>	<u>16.594.457</u>

i) O valor de R\$ 12.294.457 refere-se à compensação de INSS realizada pela BHTRANS no ano de 2016. Os valores dos créditos compensados foram apurados por meio de trabalho de Assessoria Contábil contratada pela Prefeitura de Belo Horizonte e foram objeto de auditoria por parte da Receita Federal do Brasil, processo nº 10680-733.569/2018-34 e despacho decisório 1502/2018 DRF/BHE. Atualmente encontra-se com a Procuradoria Geral do Município para as devidas providências.

ii) O valor de R\$ 4.730.000 refere-se à condenação em processo administrativo que discutiu perante a Receita Federal do Brasil a validade do Auto de Infração aplicado em razão de enquadramento tributário CNAE – apurado em fiscalização que a classificação CNAE correta seria 63.21-5 – Atividades

Auxiliares aos Transportes Terrestres, com recolhimento de alíquota de 3%, contrapondo enquadramentos anteriores como 84.11.6-00 – Administração Geral Pública– com alíquota de 2%.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social é composto por 10.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal conforme AGE de 30/07/2007 e o capital autorizado é de R\$160.000.000 (cento e sessenta milhões de reais), conforme AGE de 30/07/2007, podendo ser assim apresentado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Capital Subscrito	75.000.000	75.000.000
Capital a realizar	(7.581.807)	(7.581.807)
Capital Integralizado	<u>67.418.193</u>	<u>67.418.193</u>

b) Participação Acionária:

Descrição	Participação %
Município de Belo Horizonte	98,68%
Superintendência de Desenvolvimento da Capital	0,66%
Empresa de Informática e Informação do Município de BH	0,66%
Total	<u>100%</u>

14. SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A empresa não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Estacionamento Rotativo	12.029.630	21.834.176
Subvenção Econômica - PBH	180.481.765	162.205.700
Multas Transporte Coletivo	-	4.235.406
Outras	6.670.803	6.614.904
Total da receita bruta	<u>199.182.198</u>	<u>194.890.186</u>
(-) Deduções da receita bruta	<u>(1.748.665)</u>	<u>(3.091.879)</u>
Total receita líquida	<u>197.433.533</u>	<u>191.798.307</u>

As multas de trânsito não fazem parte das receitas da BHTRANS, sendo contabilizadas no Fundo de Transportes Urbanos – FTU, vinculado ao Município de Belo Horizonte – MBH.

A pandemia da COVID-19 acarretou impactos relevantes sobre as receitas de Estacionamento Rotativo e Multas de Transporte Público, uma vez que:

- Por força do Decreto n.º 17.298 de 20 de março de 2020, a BHTRANS suspendeu naquela data a emissão das notificações de cobrança de multas de transporte público, motivo pelo qual não auferiu receita de multas de transporte coletivo no exercício de 2020;
- A PBH suspendeu temporariamente a obrigatoriedade de utilização de rotativo na região hospitalar de Belo Horizonte, o que trouxe como consequência a evasão significativa de receita dessa natureza no exercício de 2020.

17. RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO

O pagamento das despesas gerais de custeio e de pessoal da BHTRANS, que é uma empresa estatal dependente, é feito mediante o repasse mensal de recursos financeiros, na forma de subvenção econômica, pelo seu principal acionista e controlador, o Município de Belo Horizonte. Esse repasse é realizado mediante o registro de “Nota de Pagamento de Despesa”, em conformidade com a programação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA. Diante disso, o prejuízo apurado ao final do exercício não implica em risco de descontinuidade da empresa. Além desse ponto, vale ressaltar que a composição do prejuízo está relacionada principalmente às perdas estimadas (detalhamento nas Notas Explicativas **10, 11 e 12**).

18. COVID

A pandemia da COVID-19 acarretou impactos relevantes sobre as atividades da BHTRANS uma vez que as medidas de isolamento social e trabalho remoto trouxeram como consequência direta, a necessidade de readequação das rotinas e processos das áreas dessa instituição. Dessa forma, o Decreto n.º 17.298 de 20 de março de 2020 dispôs sobre a suspensão dos prazos do contencioso administrativo do município por tempo indeterminado, o que inclui o prazo concedido ao sujeito passivo das multas de transporte coletivo para apresentação da reclamação, defesa ou interposição de recurso. Por esse motivo, a BHTRANS suspendeu naquela data a emissão das notificações de cobrança de multas de transporte público, motivo pelo qual não auferiu receita de multas de transporte coletivo no exercício de 2020. Outro impacto relevante da pandemia da COVID-19 sobre as operações da BHTRANS de 2020 decorreu da suspensão temporária pela PBH da obrigatoriedade de utilização de rotativo na região hospitalar, o que trouxe como consequência a evasão significativa de receita dessa natureza no exercício de 2020.

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo



BHTRANS



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

Celio Freitas Bouzada
Presidente

Daniel Marx Couto
Diretor de Transporte Público

Deusuite Matos Pereira de Assis
Diretora de Ação Regional e Operação

Elizabeth Gomes de Moura
Diretora de Planejamento e Informação

José Carlos Mendanha Ladeira
Diretor de Sistema Viário

Patrícia Passeli
Diretora de Finanças e Controle

Walter dos Santos Viana
Gerente da Contadoria Geral
Contador - CRC/MG 22.393



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores da

EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS**, que compreendem balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto apresentado no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS**, em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião com ressalva

Contas a receber

Conforme evidenciado na nota explicativa 4, a empresa apresenta em suas demonstrações contábeis, na rubrica "Contas a receber", créditos a receber vencidos e não pagos por Consórcios de transportes coletivos, no montante de R\$ 21.340 mil no ativo não circulante (em 2019, R\$ 3.388 mil no ativo circulante e R\$ 19.087 mil no ativo não circulante), reconhecidos em sua totalidade em exercícios anteriores e para os quais a empresa não efetuou os ajustes requeridos de forma a adequá-los a seus efetivos valores de realização, o que representa um desvio em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil. Não nos foi praticável obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor estimado da perda requerida para adequar o contas a receber a seus efetivos valores de realização.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas e nosso relatório emitido em 05 de março de 2020 conteve ressalva quanto ao assunto descrito na seção “Base para Opinião com ressalva”.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Referido documento não nos foi enviado como parte das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 23 de março de 2021.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC-01-MG-4553 – O

Alexandre Oliveira Chagas
Responsável Técnico
CRC-MG- 075751- O

Fernanda Filizzola Mattos de Santos
Auditora Responsável
CRC-MG-113796/O-0